

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA**

**INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE-ICMBIO**

**CONSELHO CONSULTIVO DO PARNA DE SÃO JOAQUIM**

**PARQUE NACIONAL DE SÃO JOAQUIM**

Aos dezesseis dias do mês de maio de dois mil e doze, no Centro de Convivência do Idoso, município de Grão Pará/SC, às quatorze horas e oito minutos, iniciou-se a quarta reunião ordinária do Conselho Consultivo do Parque Nacional de São Joaquim (PARNASJ). O Sr. Michel, presidente do Conselho, discute a aprovação da ata relativa à última reunião ordinária do Conselho e relembra que foi ela encaminhada por e-mail a todos os conselheiros. O Sr. Jaime informa que, na última reunião ordinária, posicionou-se favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei (PL) que propõe alterações nos limites do Parque Nacional de São Joaquim, desde que este não atinja outras propriedades rurais da região. Todos concordam que a ata seja aprovada, porém com a alteração sugerida pelo Sr. Jaime. O Sr. Michel informa que o PARNASJ solicitou a abertura de um processo para averiguar o andamento do PL e apresenta parte de sua tramitação citando que este “se encontra em fase final de votação no Plenário da Câmara e não pode sofrer mais alterações, apenas vetos ou aceitação da versão câmara/senado”. Também apresenta ofício da FATMA informando a sua Câmara Técnica de Compensação Ambiental optou por manter a destinação do recurso da Compensação Ambiental oriunda da instalação do Parque Eólico de Bom Jardim da Serra, destinando o recurso apenas para a Reserva Biológica do Aguai e para a criação e implementação de uma Unidade de Conservação Estadual de Proteção Integral na região compreendida entre o PNSJ e a Reserva Biológica do Aguai. Desta forma, decidiu-se por não destinar ao PARNASJ nenhuma parcela dos recursos relativos à compensação ambiental do Parque Eólico de Bom Jardim da Serra. Anuncia que será realizado o Curso de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais na próxima semana, atividade que acontece a cada dois anos e é através dela que são escolhidos os sete funcionários que trabalham por seis meses na Brigada de Combate à Incêndios do Parque Nacional. Relata que esse curso já proporcionou capacitação aos bombeiros do estado e também aos funcionários que trabalharam no asfaltamento da SC-370. No próximo sábado, dia 19/05, haverá uma Canoagem Ecológica no Rio Canoas, organizada pelo ICMBio e parceiros. Sobre a pauta, informa que o Sr. Áureo Cassettari solicitou espaço para tratar na mudança do nome do município onde fica instalado o Complexo do Morro da Igreja. Em virtude da ausência do Sr. Áureo, O Sr. Michel abre espaço para quaisquer dúvidas ou comunicados dos conselheiros presentes. O Sr. Evandro pede maiores esclarecimentos sobre o PL. O Sr. Michel explica que o projeto já está em fase final de conclusão, não sendo mais permitidas alterações, apenas vetos ou aceitações. A Sra. Vanessa pergunta se a administração do PARNASJ recebeu alguma informação interna do ICMBio. Ela diz que o PL não trará problemas apenas ao Parque Estadual da Serra Furada (PAESF), mas também a outros proprietários de áreas naquela região. Reforça que, durante a elaboração desta proposta de alteração, não foi feita consulta aos afetados pelo PL. O Sr. Michel diz que, na época, a postura dos órgãos públicos era outra. O Sr. Pedro diz que o

Conselho já se posicionou sobre o assunto, inclusive com a imposição de condicionantes. A Sra. Vanessa informa que a FATMA está tomando providências, mas que fica preocupada também com as consequências negativas que a aprovação do PL pode trazer ao PARNASJ e aos proprietários afetados. O Sr. Luiz Guilherme informa que as propriedades foram compradas levando-se em conta os limites do PL e não o atual traçado do PARNASJ. O Sr. Pedro sugere que se peça vistas ao processo aberto para averiguar o andamento do PL, defende que dessa forma os conselheiros poderão ter contato com todas as suas peças. Fica acordado que a equipe do PARNASJ solicitará o retorno deste processo para análise dos conselheiros. A Sra. Vanessa diz que não tem conhecimento de uma Unidade de Conservação (UC) se sobrepor à outra. O Sr. Michel informa que existem muitos exemplos de sobreposição de UCs, Terras Indígenas e Quilombolas. O Sr. Pedro acredita que administrativamente pode-se chegar a um bom termo. A Sra. Vanessa diz que essa proposta de mudança foi feita sem consultas, sem a existência de uma posição oficial da FATMA sobre o tema. O Sr. Michel cita a estrada da aeronáutica como um exemplo de uma área pública gerida entre dois entes públicos e diz que não vê problema de que continue com a equipe do PAESF a administração da área em questão. O Sr. André pergunta se a sobreposição vai cancelar o decreto de criação do PAESF. O Sr. Michel diz que, em sua opinião pessoal, a administração da área do PAESF deve continuar da forma que está, sob controle da FATMA, mas ressalta que não tem como prever cenários futuros. Afirma que, quanto melhor o trabalho da administração FATMA, mais difícil ficará a troca do controle da administração da área. A Sra. Vanessa informa que pelo menos mais sete famílias poderão ser afetadas pela aprovação do Projeto de Lei. O Sr. Michel informa que foram feitas mais três desapropriações de áreas localizadas no interior do PARNASJ, representando um mil hectares (ha) comprados. Diz que, se o PL for aprovado, começará a analisar as propriedades da parte baixa do PARNASJ. O Sr. Michel entra em contato, por celular, com o Sr. Áureo e este informa que não participará da presente reunião ordinária. O Sr. Luiz Guilherme diz que gostaria de conversar sobre a Cavalgada dos Aparados. O Sr. Michel diz que não foi pedido espaço na pauta para tratar desse assunto. O Sr. André pergunta qual o valor pago pelo hectare nas desapropriações feitas pelo PNSJ. O Sr. Michel diz que é pago uma média dois mil reais por hectare. Informa que o ICMBio utiliza o critério do Incra, que atribui uma pontuação de um a sete às áreas de uma propriedade. A pior classificação para uma área seria a pontuação de sete. Nas áreas localizadas no interior do PARNASJ, essa pontuação começa em quatro, em função das geadas que acontecem da região. Elenca outros critérios de avaliação como: declividade, acessibilidade, tipos de solo e benfeitorias. Diz que o valor declarado em cartório não é levado em conta. Informa que é feita a delimitação da área, o levantamento de propriedades semelhantes à venda na região, a avaliação do mercado de terra, a verificação da presença de lavoura, matas e pastagens. Informa que os proprietários têm acesso a todo o processo. O Sr. André diz que um perito avaliou em treze mil reais por hectare o valor de uma propriedade localizada na região do Parque Estadual da Serra Furada. O Sr. Michel afirma que a realidade de serra abaixo é diferente, com mais lavoura e benfeitorias. O Sr. Michel diz que, por hora, o ICMBio só tem feito desapropriações amigáveis. Informa que, na média, as pessoas têm

aprovado esses processos de desapropriação. Na próxima reunião, será apresentado um processo de desapropriação para conhecimento dos conselheiros. O Sr. Evandro pergunta quem realiza essas avaliações. O Sr. Michel diz essas avaliações são feitas por Analistas Ambientais do ICMBio, porém, nesse caso específico, todos precisam ser engenheiros agrônomos. Informa que o proprietário do imóvel acompanha a vistoria de avaliação e que todas as benfeitorias existentes no terreno são levadas em conta, como por exemplo: muros de taipas, moirões de cerca, arame farpado, mangueiras e galpões. Esclarece que todo esse processo é documentado. O Sr. Pedro sugere que se traga um processo de desapropriação bem-sucedida e que também seja apresentado especialmente as propriedades já compradas pelo ICMBio. O Sr. Pedro relata que conversou com a equipe do geoprocessamento da FATMA e foi informado de que as imagens aerofotogramétricas, obtidas entre os anos de 2008 e 2010, dificilmente poderiam ser acessadas. As imagens de satélite poderiam ser disponibilizadas, desde que devidamente justificadas. O Sr. Pedro reforça a importância delas para a elaboração do Plano de Manejo. O Sr. Pedro acredita que elas estão na definição de 1:25 mil. Diz que o Conselho poderia solicitar oficialmente as imagens da área do PARNASJ. O Sr. Michel informa que a cessão das imagens está condicionada à não-inclusão da área do PAESF no Projeto de Lei. O Sr. Pedro diz que poderia fazer o pedido também através da Udesc. O Sr. Michel diz que, como as imagens podem servir à outras UCs, repassou a decisão da elaboração de um Termo de Cooperação à Coordenação Regional do ICMBio, localizada em Florianópolis. O Sr. Michel cita situações de venda de áreas no interior do PNSJ e apresenta alguns exemplos de sucesso e fracasso no uso dos recursos pelos antigos donos dessas propriedades. A reunião encerrou-se às quinze horas e quarenta e cinco minutos. Informa que a próxima reunião acontecerá em agosto, dia 18, em Urubici, na sede do Parque Nacional. Nada mais havendo a tratar, eu, Marcos H. Taniwaki, Analista Ambiental, lotado no Parque Nacional de São Joaquim – ICMBio/SC, lavrei a presente ata de reunião, em que participaram as entidades conselheiras e convidados, conforme lista de presença anexa.

<b>Entidade</b>	<b>Nome</b>	<b>Assinatura</b>
Representante dos Proprietários e Moradores de Três Barras e Rio Hipólito	Evandro Crocetta	
ISCN	Luiz Guilherme M. de Sá	
FATMA / PAESF	Vanessa Matias Bernardo	
FATMA / PAESF	André Luiz Fernandes	
Udesc	Pedro Volkmer de Castilho	
Pref. de Urubici	Beatriz de Oliveira	
Unibave	Fábio Boeing	

FAMOR	Camila Flor André	
Representante dos Proprietários e Moradores da Barrinha do Aiurê, Capivaras Alta e Serra Furada	Jaime Kemper	
Pref. de Grão-Pará	Guilherme Nunes Bressan	
Pref. de Grão-Pará	Rosana de O. Souza	
ICMBio	Michel Omena	
ICMBio	Marcos Taniwaki	
* Outras pessoas presentes à reunião.	Valmor Eising.	